



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS N.º 3772018- SEPLAG, nos Termos do Padrão n.º 07/2002.

Processo n.º: 0410-002503/2016

SIGGO n.º: 37775

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **DM MILITÃO PEREIRA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.774.515/0001-41, com sede na Quadra 4, Lote 15, Loja 01, Setor Oeste, Gama - DF, CEP 72.425-040, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por **DIOGO MARCIO MILITÃO PEREIRA**, portador da Cédula de Identidade n.º 27101 CTPS-GO, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 998.930.881-00, na qualidade de Proprietário, celebram, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 o presente Termo Contratual mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente CONTRATO obedece aos termos do Termo de Referência (12063603) do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652); da Proposta da empresa (14252615 - fls. 2 e 13); da Nota Técnica SEI-GDF n.º 240/2018 - SEPLAG/SCG/AGERO (14305443), nos termos da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto nº 25.966/2005; da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores; da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores; da Lei Distrital nº 2.340/1999; e dos Decretos Distritais nºs: 26.851/2006, 35.592/2014, 36.520/2015, 37.121/2016 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada em instalação e fornecimento de materiais para adequação das saídas de emergência, contemplando portas corta fogo, placas de sinalização e outros, no edifício Anexo do Palácio do Buriti, imóvel sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG do Distrito Federal, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência (12063603) do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018 - SCG/SEPLAG (12665652); na Proposta da empresa (14252615 - fls. 2 e 13); nos termos da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto nº 25.966/2005; da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores; da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores; da Lei Distrital nº 2.340/1999; e dos Decretos Distritais nºs: 26.851/2006, 35.592/2014, 36.520/2015, 37.121/2016, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, e alterações posteriores, conforme detalhamento a seguir:

GRUPO	ITEM	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/MATERIAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	64	un	Fornecimento de portas corta-fogo P-90 de 80x2.10m, com pintura e barra anti-pânico	R\$1.498,44	R\$95.900,16
	2	64	un	Instalação de portas corta-fogo P-90 de 1.30x2.10m (portas duplas)	R\$155,64	R\$9.960,96
	3	2	un	Fornecimento de portas corta-fogo P-90 de 1.30x2.10m, com pintura e barra anti-pânico	R\$3.210,57	R\$6.421,14
	4	2	un	Instalação de portas corta-fogo P-90 de 1.30x2.10m (portas duplas)	R\$182,01	R\$364,02
	5	986	metro linear	Fornecimento de corrimão com pintura	R\$58,28	R\$57.464,08
	6	986	metro linear	Instalação de Corrimão	R\$51,32	R\$50.601,52
	7	866	un	Instalação de Placas de sinalização	R\$2,78	R\$2.407,48
	8	45	un	Placa cod 04	R\$25,40	R\$1.143,00
	9	31	un	Placa cod 09	R\$35,97	R\$1.115,07
	10	94	un	Placa cod 12	R\$28,18	R\$2.648,92
	11	108	un	Placa cod 13	R\$27,63	R\$2.984,04
	12	43	un	Placa cod 14	R\$41,32	R\$1.776,76
	13	32	un	Placa cod 16	R\$33,92	R\$1.085,44
	14	73	un	Placa cod 17	R\$32,95	R\$2.405,35
	15	87	un	Placa cod 19	R\$25,41	R\$2.210,67
	16	73	un	Placa cod 21	R\$33,91	R\$2.475,43
	17	117	un	Placa cod 23	R\$25,41	R\$2.972,97
	18	70	un	Placa cod 26	R\$27,33	R\$1.913,10
	19	4	un	Placa cod 29	R\$33,92	R\$135,68
	20	64	un	Placa cod 30	R\$35,85	R\$2.294,44
	21	1	un	Placa Brigada – térreo (BC 01)	R\$36,14	R\$36,14
	22	17	un	Placa Brigada – andares (BC 03)	R\$26,22	R\$445,74
	23	4	un	Placa indicação Brigada (BC 04 - direita)	R\$33,92	R\$135,68
	24	3	un	Placa indicação Brigada (BC 02 - esquerda)	R\$34,07	R\$102,21
VALOR TOTAL						R\$249.000,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

A entrega e a instalação do objeto processar-se-á de forma integral em até **40 (quarenta) dias** corridos a contar da assinatura deste Contrato, conforme especificação contida no Termo de Referência (12063603), no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652) e na Proposta da empresa (14252615 - fls. 2 e 13), facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.☐

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total do CONTRATO é de **R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais)**, devendo a importância ser atendida à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento corrente, enquanto as parcelas remanescentes serão custeadas à conta de dotações a serem alocadas no orçamento seguinte.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidade Orçamentária: 32.101;
- II - Programa de Trabalho: 04.122.6003.3943.0003;
- III - Natureza da Despesa: 33.90.30;
- IV - Fonte de Recursos: 101.

6.1.1 - O empenho inicial é de **R\$ 185.665,98 (cento e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos)**, conforme Nota de Empenho n.º 2018NE01122 (14515810), emitida em 30/10/2018, sob o evento n.º 400091, na modalidade global.

6.2 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidade Orçamentária: 32.101;
- II - Programa de Trabalho: 04.122.6003.3943.0003;
- III - Natureza da Despesa: 33.90.39;
- IV - Fonte de Recursos: 101.

6.2.1 - O empenho inicial é de **R\$ 63.333,98 (sessenta e três mil trezentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos)**, conforme Nota de Empenho n.º 2018NE01123 (14516446), emitida em 30/10/2018, sob o evento n.º 400091, na modalidade global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - A CONTRATADA não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;
- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e
- V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.7 - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os insumos, objetos e serviços prestados em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO, bem assim em seu respectivo Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório for constatado fornecimento ou serviço em desacordo com o pactuado, com defeito ou incompleto, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE para efetuar a devida regularização da ocorrência, não podendo lograr pagamento enquanto não sanada a irregularidade.

7.8 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.9 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecida à CONTRATADA oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.10 - Quanto às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos ,exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O CONTRATO terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do CONTRATO será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **3% (três por cento)** do valor do CONTRATO, correspondendo ao valor de **R\$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no §1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o

recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V - A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;

2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;

3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

b) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

c) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Regional de Brasília (BRB), na Agência 0100, Conta Corrente nº 800482-8, registrada em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), CNPJ nº 00.394684/0001-53, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

d) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

e) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

g) A garantia será considerada extinta:

1 - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2 - após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

h) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.2.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.2.2 - Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

9.3 - A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

9.4 - A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

9.5 - A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de

prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução do objeto deste contrato.

9.6 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.6.1 - Todos os serviços/materiais, objeto deste Contrato, **serão garantidos pelo prazo de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido na forma da Lei.

9.6.2 - Para tanto, a Contratada emitirá o respectivo Termo de Garantia;

9.6.3 - Durante o prazo de garantia, a Contratada fica obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação e sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE

10.1 - Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 32.598/2010.

10.2 - Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

10.3 - Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

10.4 - Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

10.5 - Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

10.6 - Indicar onde deverão ser prestados os serviços, descrevendo, no mínimo, o tipo de serviço, o equipamento e o local.

10.7 - Comunicar prontamente à Contratada, toda e qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, determinando o que for necessário à correção das falhas ou irregularidades observadas.

10.8 - Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

10.9 - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços.

10.10 - Efetuar os pagamentos mediante apresentação da fatura correspondente ou nota fiscal, após a conferência da execução, no valor acordado em contrato específico e nas condições estabelecidas nos dispositivos legais.

10.11 - A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, denominado Gestor, Fiscal ou Executor do Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

10.12 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

10.13 - A CONTRATANTE poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

11.2 - Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

11.3 - Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.4 - Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.

11.5 - Quando da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar declaração de garantia e assistência técnica, conforme condições previstas no item 10 e seus subitens, constantes no Anexo I

do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.6 - Das Obrigações Gerais:

11.6.1 - Executar os serviços conforme especificações do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652), com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

11.6.2 - A Contratada fica obrigada a possuir todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato, conforme o Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.6.3 - Todos os serviços, objeto deste Termo Contratual, serão efetuados conforme Especificações Técnicas e normas vigentes, havendo qualquer dúvida ou omissão caberá à Fiscalização da Administração estabelecer padrões e procedimentos para os serviços, prestar esclarecimentos e tomar decisões.

11.6.4 - Acatar as orientações do Executor, Fiscal ou Gestor do Contrato e seu substituto legal ou Comissão de Fiscalização, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11.6.5 - Manter permanente entendimento e comunicação com a Administração, evitando interrupções ou paralisações na execução dos serviços.

11.6.6 - Arcar com todos os custos necessários para a execução dos serviços, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.

11.6.7 - A Contratada se responsabilizará perante a Administração, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe foram confiados ou a seus prepostos devendo efetuar o ressarcimento devido imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber.

11.6.8 - A Contratada tem total e exclusiva responsabilidade sobre todas as questões, reclamações, demandas judiciais, processos, ações por perdas ou danos e indenizações, movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência na execução dos serviços, da utilização de materiais inaceitáveis ou oriundos de danos causados pela Contratada.

11.6.9 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.6.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6.11 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.6.12 - A contratada fica obrigada a comprovar a implantação do Programa de Integridade, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato, nos termos do art. 5 da Lei nº 6.112/2018.

11.7 - Das Obrigações Técnicas:

11.7.1 - A Contratada deverá possuir mão de obra qualificada e especializada para a perfeita execução do objeto.

11.7.2 - A Contratada fornecerá, além da mão-de-obra, todo o material, peças e ferramentas necessários, ficando responsável, também, pela sua respectiva guarda e transporte.

11.7.3 - Os transportes horizontal e vertical de todos os materiais, ferramentas e acessórios pertinentes aos serviços serão feitos pela CONTRATADA.

11.7.4 - A Contratada cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao Anexo do Buriti. Serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.

11.7.5 - Obedecer aos projetos arquitetônicos, prazos de início e término dos serviços estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.7.6 - A Contratada designará formalmente um preposto titular e substituto(s) para representá-la

perante a Contratante.

11.7.7 - O preposto deverá ser designado e apresentado à Fiscalização **em até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.

11.7.8 - A Contratada fornecerá toda a mão-de-obra necessária, especializada e devidamente uniformizada e identificada, para execução dos serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança, eficiência e eficácia.

11.7.9 - Caberá à Contratada fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) a todos os trabalhadores envolvidos nos serviços e fornecer todo tipo de proteção coletiva, atendendo às normas técnicas da ABNT.

11.7.10 - Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser **novos e de primeiro uso**, conforme especificações e deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização no ato do recebimento do serviço. A Fiscalização poderá recusar aplicação de materiais substitutos que julgar não convenientes para manter o desempenho ou vida útil dos materiais.

11.7.11 - Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser deixados no Ed. Anexo do Buriti e deverão ser substituídos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por materiais que estejam de acordo com as especificações.

11.7.12 - A Contratada deverá atender à Fiscalização e fornecer, quando solicitada, toda informação por escrito, da origem dos materiais ou certificados de ensaios, que comprovem a qualidade dos materiais, equipamentos e aparelhos empregados nos serviços de manutenção. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada e executados por laboratórios aprovados pela Fiscalização.

11.7.13 - A Contratada deverá zelar para que as suas operações não provoquem danos físicos, materiais a terceiros ou perturbações, nem interfiram negativamente com o tráfego nas vias públicas que utilizar, devendo proteger a propriedade pública e privada, corrigindo imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que provocar. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

11.7.14 - Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela Contratada, às suas expensas. A remoção de todo entulho do Anexo do Buriti, onde serão executados os serviços, para local permitido pelo GDF será feita pela Contratada a seu ônus.

11.7.15 - As vias de acesso internas e externas ao Anexo do Buriti não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da Contratada.

11.7.16 - No caso em que a Contratada, como resultado das suas operações, venha a prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las deixando-as conforme seu estado original.

11.7.17 - Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no Anexo do Buriti, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a Contratada deverá solicitar previamente à Fiscalização autorização para tais deslocamentos e modificações.

11.7.18 - Tomar todas as precauções e cuidados no sentido de garantir a segurança de operários e transeuntes, durante a execução de todos os serviços.

11.7.19 - Manter os locais de serviço sempre limpos e organizados permitindo a perfeita circulação e controle, zelando pela manutenção de condições de higiene e segurança.

11.7.20 - Não será permitido manter nos locais de serviço, quaisquer pessoas, materiais e equipamentos sem vínculo com o serviço que está sendo realizado.

11.7.21 - Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela Contratada serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

11.7.22 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.7.23 - A ART emitida pelo CREA-DF ou CAU-DF deverá ser apresentada à Fiscalização em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura deste contrato.

11.7.24 - O Responsável Técnico deverá permanecer sempre à disposição para atender a Fiscalização por meio de telefone e de reuniões presenciais, para esclarecimentos rotineiros sobre o andamento dos serviços.

11.7.25 - Deverá encarregar-se diretamente da observância das normas técnicas aplicáveis e das

especificações do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652), incluindo a observância das normas de segurança do trabalho, e toda atividade necessária para a perfeita execução das atividades objeto deste contrato.

11.7.26 - A atuação do Responsável Técnico é essencial para que os serviços sejam prestados nos termos deste Contrato. Por isso, antes de substituí-lo, a Contratada deverá notificar o fato a Contratante com antecedência razoável. O substituto do Responsável Técnico deverá cumprir as mesmas exigências de qualificação e de acervo técnico exigidas neste instrumento.

11.7.27 - No caso de ausência de Responsável Técnico por prazo superior a cinco dias úteis, sem substituição, a fiscalização poderá determinar a interrupção dos serviços em andamento.

11.8 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).

11.9 - É vedada a subcontratação do objeto deste Contrato.

11.10 - Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela CONTRATADA do Ed. Anexo do Buriti, conforme preestabelecido nos itens 7 e 8 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.11 - Os serviços de fornecimento e instalação de materiais para adequação das saídas de emergência do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, objeto dessa contratação abrangerão:

11.11.1 - Substituição de todas as portas corta-fogo das saídas de emergência (escadas enclausuradas), conforme a norma NBR 11.742/2003, atualizações e demais normas pertinentes. São 64 (sessenta e quatro) portas existentes nas escadas de emergência, que devem ser trocadas por portas corta-fogo P-90 (resistência mínima ao fogo de 90 minutos), sendo: 64 unidades de 80 cm de largura x 210 cm de altura;

11.11.2 - Substituição de 2 portas duplas de 65cm de largura x 210cm de altura (totalizando vão de 130cm);

11.11.3 - Todas as portas devem conter dispositivos de fechamento automático (conforme norma NBR 11.742/2003), barras anti-pânico (conforme norma 11.785/1997) e portais, conforme desenhos técnicos Anexo IV do Termo de Referência, contante no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652):

11.11.3.1 - Porta Corta-Fogo para saída de emergência do tipo de abrir com eixo vertical, deve ser fabricada segundo a NBR 11.742/97 da ABNT, constituída por folha, batente ou contra marco e ferragens, que tem por finalidade impedir ou retardar a propagação do fogo e calor de um ambiente para o outro. Deve ser instalada ao nível do piso, permitindo a passagem segura de pessoas. E apresentar resistência mínima ao fogo de 90 minutos; portas com pintura esmalte na cor vermelha, inclusive com proteção tipo zarcão;

11.11.3.2 - O batente ou contra marco deve ser composto por ombreiras e travessa que se destina a guarnecer o vão onde será instalada a Porta Corta Fogo. Deve ser fabricado em chapa de aço galvanizado ABNT número 18 (1,2 mm de espessura), receber reforços em suas ombreiras para fixação das dobradiças. Possuir dobras especiais para aumentar sua resistência mecânica e permitir o encaixe da folha em seu berço;

11.11.3.3 - A fixação do batente na alvenaria deve ser feita mediante 03 grapas de aço galvanizado que localizadas em cada uma de suas laterais. O batente ao ser instalado deve ser completamente preenchido com argamassa de cimento e areia;

11.11.3.4 - A folha da porta deve ser em chapa de aço galvanizado ABNT número 24 (0,65 mm de espessura) com frisos horizontais, para maior resistência mecânica. Deve possuir pontos de reforços internos para fixação das dobradiças e ser recoberta com perfil em forma de "U" para melhor acabamento. Deve apresentar acabamento em chapa galvanizada, pintada na cor vermelha;

11.11.3.5 - As portas corta-fogo devem possuir núcleo com material de alta resistência ao fogo, tipo Manta Cerâmica, material incombustível, isolante térmico / acústico de bastante eficiência, leve e flexível;

11.11.3.6 - As portas corta-fogo devem apresentar a Marca de Conformidade da ABNT NBR 11.742, com selo de conformidade, etiqueta de identificação, manual técnico, e certificado de garantia;

11.11.3.7 - A folha da porta quando instalada deve receber, sempre no sentido de fuga, um adesivo com fundo branco e letras verdes ou vice versa, com os dizeres conforme abaixo se segue: **PORTA CORTA FOGO - É OBRIGATÓRIA MANTER FECHADA**

São consideradas ferragens obrigatórias das portas corta-fogo para cada folha: três dobradiças (no mínimo) para fechamento automático;

Barra anti-pânico com uma única barra acionadora, destinada à utilização em portas com uma única folha (80x210cm), possuindo pelo menos um ponto de travamento;

Barra anti-pânico destinada à utilização em portas com duas folhas (duas folhas de 65 cm x 210 cm), com uma barra acionadora em cada folha, possuindo em uma delas (a que deve fechar em primeiro lugar) dois pontos de travamento (superior e inferior) e na outra (a que se sobrepõe) pelo menos um ponto de travamento (contra a primeira folha). O acionamento de qualquer uma das barras deve abrir pelo menos a folha respectiva;

As barras anti-pânico devem contar com sistema de funcionamento anti-esmagamento de dedos. Devem ser confeccionadas sem peças soldadas, somente com peças encaixadas ou parafusadas e sem dispositivos em zamak ou plástico para maior resistência e robustez. O chassi e o tubo de acionamento da barra “*push*” devem ser de aço; e a barra *touch* deve apresentar acionador de alumínio extrudado. Devem atender a todas as normatizações da ABNT NBR 11785/1997.

11.11.4 - Substituição de corrimãos, considerando a retirada, fornecimento e instalação de corrimãos em aço galvanizado, contínuos, e pintura com tinta protetora, acabamento grafite esmalte. Devem ser fabricados conforme a norma NBR 9.077/2001, atualizações e demais normas pertinentes, conforme desenho técnico previsto no Anexo IV do Termo de Referência, contante no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652).

11.11.5 - Fornecimento e instalação de sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico, conforme a NBR 13.434 -1/2 - 2004, atualizações e demais normas pertinentes, instaladas nos locais indicados nas plantas do Anexo IV do Termo de Referência, contante no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652):

11.11.5.1 - O material fotoluminescente deve atender à norma NBR 13.434-3 – requisitos e métodos de ensaio;

11.11.5.2 - As dimensões das placas de sinalização deverão estar em conformidade NBR 13.434 -2. Para efeito de cálculo, utilizaram-se as seguintes dimensões: quadrada 20cm x 20cm; retangular - 20cm x 40cm, triangular - base 30cm;

11.11.5.3 - Os materiais que constituem a pintura das placas devem ser atóxicos e não radioativos, devendo atender às propriedades colorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica;

11.11.5.4 - As placas de sinalização devem utilizar elemento fotoluminescente para as cores brancas e amarelas dos símbolos, faixas e outros elementos empregados para indicar: sinalizações de orientação e salvamento; equipamentos de combate a incêndio e alarme de incêndio; sinalização complementar de indicação continuada de rotas de saída; sinalização complementar de indicação de obstáculos e de riscos na circulação de rotas de saída;

11.11.5.5 - Os materiais utilizados para a confecção das sinalizações de emergência devem atender às seguintes características: possuir resistência mecânica; possuir espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas; não propagar chamas; resistir a agentes químicos e limpeza; resistir à água; resistir ao intemperismo;

11.11.5.6 - As placas de sinalização devem ser em PVC - polímero preparado a partir do cloroeteno, deve apresentar durabilidade, flexibilidade, leveza, resistência química e a impactos, resistência aos raios ultravioleta e, principalmente, auto-extinguível - não propagação de chamas. Deve receber impressão das informações sem restrições de cores e/ou desenhos;

11.11.5.7 - A sinalização de emergência deve destacar-se em relação à comunicação visual adotada para outros fins;

11.11.5.8 - A sinalização de emergência tem como finalidade reduzir o risco de ocorrência de incêndio, alertando para os riscos existentes e garantir que sejam adotadas ações adequadas à situação de risco, que orientem as ações de combate e facilitem a localização dos equipamentos e das rotas de saída para abandono seguro da edificação em caso de incêndio;

11.11.6 - A Contratada deverá se responsabilizar pela retirada dos equipamentos existentes.

11.11.7 - A empresa deverá fornecer as complementações e acessórios necessários e disponibilizar toda a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, aparelhos, peças e materiais que forem indispensáveis para a execução dos serviços.

11.11.8 - A Contratada deverá realizar todos os serviços de recuperação, tais como alvenarias

(construções e demolições), gessos, forros, pisos, granito e pinturas de todas as partes afetadas pela infraestrutura a ser instalada, respeitadas as especificações e peculiaridades do edifício.

11.11.9 - Os serviços são todas as ações referentes a adequações nas rotas de fuga e saídas de emergência, na instalação dos descritos acima.

11.11.10 - A Contratada deverá manter o local dos serviços limpo e periodicamente retirar o entulho conforme legislação vigente e determinação da Contratante;

11.11.11 - Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulho, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleo e graxas, deverão ser adequadamente separados para posterior descarte da Contratada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.

11.11.12 - Todos os materiais, peças e sucatas originários dos serviços deverão ser apresentados ao executor do contrato, e caso este defina que esses itens sejam inservíveis, a empresa Contratada deverá tratá-los como entulho e providenciar o descarte, sem ônus adicional para a Contratante.

11.11.13 - Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem prévia autorização expressa da Fiscalização.

11.12 - DO PRAZO DE INÍCIO E TÉRMINO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.12.1 - A Contratada deverá iniciar a avaliação dos serviços nas escadas de emergência do Ed. Anexo do Buriti, **em até 5 (cinco) dias úteis** após assinatura do Contrato.

11.12.1.1 - Após realização da avaliação mencionada no subitem anterior, a empresa terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, para iniciar a execução dos serviços contratados.

11.12.2 - A Contratada deverá finalizar a execução de todos os serviços **em até 40 (quarenta) dias corridos** após a assinatura do Contrato.

11.13 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.13.1 - Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652), o recebimento dos serviços será realizado:

11.13.1.1 - Provisoriamente, no ato da entrega dos serviços, para posterior verificação da conformidade dos materiais instalados com as especificações constantes neste documento;

11.13.1.2 - Definitivamente, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652) e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

11.13.2 - Os serviços que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos/refeitos pela contratada em até **5 (cinco) dias úteis** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

11.13.3 - Caso após o recebimento provisório constatar-se que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

11.13.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do CONTRATO sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, facultada ao Distrito Federal, em

todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações**:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no CONTRATO e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedida:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

13.4 - Da Multa

13.4.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do CONTRATO, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o CONTRATO ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do CONTRATO/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do CONTRATO, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo CONTRATO;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do CONTRATO, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou CONTRATO deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos CONTRATOS regidos pelas Leis Federais nos 8.666/1993 ou 10.520/2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, remetê-lo à autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e

Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal; e

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa; e

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 - Disposições Complementares

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante; e

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

14.1 - O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato; e

14.2 - É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Fiscalização e Acompanhamento

17.1 - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

17.2 - Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

17.3 - O serviço deverá ser entregue conforme disposto no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652);

a) Será recebido o serviço:

I - Provisoriamente, a partir da entrega e instalação completa, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste contrato e no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 085/2018-SCG/SEPLAG (12665652);

II - Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

b) Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

17.4 - Se a CONTRATADA deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Contrato;

17.5 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

17.6 - Os membros da referida comissão deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.7 - O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.8 - O órgão contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

17.9 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I - os resultados alcançados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

17.10 - O fiscal do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.11 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.12 - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Contrato, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

17.13 - Cabe ao fiscal do contrato observar o efetivo cumprimento do disposto no art. 13 da Lei Distrital nº 6.112/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de conteúdo discriminatório

18.1 - Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis; e

18.2 - É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo **CONTRATANTE**:

RENATO JORGE BROWN RIBEIRO
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

DIOGO MARCIO MILITÃO PEREIRA
Proprietário



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 01/11/2018, às 16:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO MÁRCIO MILITÃO PEREIRA, Usuário Externo**, em 05/11/2018, às 10:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



verificador= **14597136** código CRC= **B271D044**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

3313-8160

0410-002503/2016

Doc. SEI/GDF 14597136